



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, em primeira chamada às quatorze horas e dez minutos, em segunda chamada, às quatorze horas e trinta minutos iniciou-se a reunião com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Rogério Amaro da Silva, Marcos de Souza Pires, Antônio Carlos do Rego e Souza, Rodrigo Cantini, Claudia Rogéria de Lima Souza, Antônio Carlos da Cunha, Delfim Antônio Paes Moreira, Solange Regina de Oliveira e Leila Maia da Silva. Suplente: Ana Mayda Ordóñez Vieira, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Suzana Maia Amaral da Conceição, Sérgio Henrique Vieira Campelo, Adriana Domingues Picanço e Denise Lagreca Ouriques. O Presidente Bruno abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma e chama atenção de conselheiros que estão presentes à reunião tem a seguinte pauta. 1-Apreciação e votação da anterior; 2-Leitura dos Ofícios recebidos e enviados; 3-Esclarecimento sobre aditivos de Contratos, publicado no JOM nº 1361; 4-Apreciação e Deliberação da Programação Anual de Gestão 2022; 5-Apreciação e Deliberação Plano Municipal de Saúde 2022/2025; 6-Pautas para Próxima Reunião; 7-Informes Gerais. Primeiro ponto da pauta: Apreciação e votação da Ata anterior de 25/08/2022. Colocada em votação nominal, foi aprovada por unanimidade. Segundo ponto da pauta: Leitura dos Ofícios. A Secretária Geral Anna Quintanilha leu os ofícios enviados e recebidos as justificativas de faltas dos Conselheiros por motivo de doença: Luiz Paulo da Silva, Willian Cesar Pereira Leite e Vicente Raimundo da Silva e a Conselheira Rose Mary de Melo Bruce. Ofício nº 018/2022, da Associação Comercial de Maricá, indicando o Sr. Delfim Antônio Paes Moreira, para substituir a Sra. Maria Catarina dos Santos Cunha, ofício nº 643/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, respondendo o ofício nº 137/CMSM/2022, solicitando informação sobre a falta de dispensação da bolsa de colostomia para os Ostomizados do Município, e qual o prazo para distribuição, ofício nº 532/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, respondendo o ofício nº 139/CMSM/2022, convocando a Secretária de Saúde para participar da reunião extraordinária no dia 22/09/2022, às 14hs, ofício nº 643/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, respondendo o ofício nº 090/CMSM/2022, demanda enviada pelo CREFITO2, via e-mail, solicitando o cumprimento das normativas em vigor e da regularização dos Profissionais de Fisioterapia que atuam no Hospital Ernesto Che Guevara, ofício nº 592/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, respondendo o ofício nº 092/CMSM/2022, solicitando informações sobre a retirada dos polos de vacinação das seguintes unidades: Santa Paula, Ubatiba e Ponta Grossa, ofício nº 578/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, respondendo o ofício nº 120/CMSM/2022, denuncia do Sr. Nelson Figueiredo enviada por e-mail, sobre falta de medicamento, ofício nº 641/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, respondendo o ofício nº 133/CMSM/2022, solicitando, pela Comissão Materno Infantil do CMS-Maricá, o modelo a caderneta da criança fornecida pela Gnosés, ofício nº 662/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, informando que dia 30/09/2022, às 14hs acontecerá audiência pública para prestação de contas do 2º quadrimestre da Secretaria de Saúde, na Câmara Municipal de Maricá, ofício nº 614/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, informando Credenciamento de Equipes e Serviços da Atenção Primária, no Ministério da Saúde, ofício GAB.SAMS nº 1440/2022, da Secretaria de Assistência, respondendo ao ofício nº 143/CMSM/2022, solicitado informações sobre quantas casas ou obrigo para idosos existem no município de Maricá, e se possível que nos sejam fornecidos os endereços para uma posterior visita ao local, ofício nº 645/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, encaminhando cópia da Programação Anual de Saúde 2022 para ciência, com vistas à apreciação e deliberação do pleno sobre sua aprovação, ofício nº 644/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, encaminhando cópia da Plano Municipal de Saúde 2022/2025 para ciência, com vistas à apreciação e deliberação do pleno sobre sua aprovação, ofício nº 989/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, encaminhando a Prestação de Contas do 2º quadrimestre de 2022 do Fundo Municipal de Saúde. ofício nº 678/SMS/2022, da Secretaria de Saúde, encaminhando cópia da Plano operacional 2022/2023, referente ao contrato de gestão nº 029/2021, processo administrativo nº 16151/2019 que tem como objeto a celebração de contrato de gestão do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara. Terceiro ponto da pauta: Esclarecimento sobre aditivos de Contratos, publicado no JOM nº 1361. O Presidente passa a palavra para a Conselheira e Secretária de Saúde Dra. Solange que diz que esse último ofício é o encaminhamento da impressão do Plano Operacional do contrato de gestão do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, explica que foi um contrato assinado com base no desenho de mais ou menos dois anos atrás, com uma outra proposta anterior a pandemia, onde foi adotado aquele modelo por uma decisão judicial, e desde a assinatura desse contrato colocamos que havia uma necessidade de um redesenho, porque tanto na questão operativa do processo de trabalho, que seria desenvolvido dentro do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, quanto em relação aos custos, havia uma defasagem de três anos. Afirma que chegou o momento dentro do contexto sanitário de introduzir, agora, o propósito inicial de funcionamento do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, de ser um hospital resolutivo nas questões inerentes as cirurgias eletivas e ao serviços de alta complexidade que estamos introduzindo, embora seja um escopo do Estado e nacional, diz ainda que na realidade dos municípios e que nós em cooperação Regional, consigamos criar serviços e fazer pactuações para atender aquilo que não conseguimos resolver com o Estado e o Ministério da Saúde, então o Hospital Dr. Ernesto Che Guevara tem essa proposta de ter serviços de alta complexidade; para isso precisa haver um desenho dos serviços e um cronograma de desembolso compatível, cita a diferença do serviço no tratamento de Covid-19 e de um serviço no tratamento de alta complexidade com relação as equipes, aparelhos, equipamentos e custos que não são os de dois anos atrás e para isso a necessidade desse aditivo, que é um aditivo de objetos e valores, todos adequando as necessidades atuais, dentro do perfil que foi discutido e que hoje está sendo transformado em realidade. Afirma que tudo está sendo publicado, mas vendo a pauta resolveu trazer o impresso e também será enviado por e-mail para melhor análise dos Conselheiros. Apresenta uma parte da gestão do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, o Diretor Geral Dr. Marcos Victoriano, a Diretora de Enfermagem Ana Paula, o Diretor Técnico Dr. Glauco, que estão aqui para maiores esclarecimentos detalhados sobre o desenho que foi desenvolvido para o funcionamento do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara. Diz que gostaria de aproveitar a oportunidade para apresentar a Dra. Juliana que foi recentemente nomeada Subsecretária da Rede de Urgência e Emergência e estará trabalhando junto as equipes dos hospitais e a Secretaria para desenvolvermos políticas que agreguem as nossas unidades de saúde como rede única. Diz que hoje a Secretaria está com as gestões das OSs. que não é uma única OS que faz a gestão dessa rede, por isso precisamos desse papel integrador, para que de fato a gestão não saia da mão da Secretaria e dos seus planos, que hoje vamos rever aqui nesse pleno. O Vice Presidente pergunta se no Hospital Dr. Ernesto Che Guevara haverá um banco de sangue. A Conselheira Solange responde que esses são projetos futuros, que iremos trazer para apresentação no pleno do Conselho para discussão,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

apreciação e aprovação num momento posterior, mas temos outros serviços a serem agregado no Hospital Dr. Ernesto Che Guevara que não entraram nesse momento. Afirmo que o hospital tem que ter obviamente, uma unidade transfusional e tem, que inclusive está terminando uma obra, onde cria corpo para atender a quantidade de cirurgias que serão realizadas no hospital, cita as mudanças no atendimento anterior e o atual. Fala que está havendo uma adequação de espaço físico sendo concluída para atender esse desenho novo de um hospital que de fato vai trabalhar com cirurgias em larga escala. Outra coisa é criar um núcleo de doação de coleta de sangue em parceria com o Hemorio. Esse é um projeto que implica na construção dessa unidade. Em relação a essa parceria já está havendo discussão e entendimento, mas é uma coisa para o futuro, diz ainda que foram feitos vários estudos de local e chegaram a conclusão que no Hospital Dr. Ernesto Che Guevara será o ideal. Diz que o outro projeto que será incorporado ao Hospital Dr. Ernesto Che Guevara é o serviço de hemodinâmica que é um serviço do nosso gargalo e em toda a Metropolitana II, fala que hoje os nossos pacientes que sofrem de coronariana aguda não têm uma referência próxima, muitas vezes viajam o estado todo para serem entendidos, muitas vezes regulado para dias ou semanas. Depois, então, pretende montar esse serviço em Maricá no espaço em volta do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, e que esse serviço pode ser pactuado com a região tornando o serviço acessível para os municípios da região, cita que Niterói já mostrou interesse na pactuação para cirurgia de alta complexidade em ortopedia; por sua vez Niterói está montando uma UNACOM, que é o serviço de Oncologia que nós precisamos, pois é que outro gargalo, isso é parceria entre municípios. O Vice Presidente parabeniza o Dr. Marcos Victoriano pela direção do Hospital, lembra que o Dr. Marcos Victoriano foi o primeiro Presidente do CMS-Maricá. Fala que o outro gargalo são as cirurgias oftalmológicas. A Conselheira Solange responde que costumam dizer que os gargalos são (OS), Otorrino, Oftalmo, Ortopedia e Oncologia principalmente, vamos dando soluções a cada um dele. Diz que em relação a Oncologia estão fazendo parceria com Rio Bonito e vamos ampliar porque Rio Bonito não está dando conta, Ortopedia Maricá está se propondo ser um serviço em 99% das situações, em relação a Otorrino e Oftalmologia é um dos três projetos que queremos colocar dentro do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara que já está incluso no Plano Operativo para cirurgia de Otorrino, mas que ainda vai desenhar o atendimento em nível ambulatorial para poder fazer o fluxo desses pacientes até chegar às cirurgias, em relação a Oftalmologia existe um grande estudo de custo benefício para o serviço Oftalmologia, que implica equipamentos que além de caros toram-se obsoletos muito rapidamente. Diz que os estudos apontam que a melhor solução para o serviço de Oftalmologia (em reunião com os 7 Municípios e Ministério Público foi discutido esse assunto) chegou-se à conclusão entre Maricá e gestores da região que a contratualização do serviço de Oftalmologia ainda seria o melhor caminho, mas esbarra na tabela SUS, que não atende, está muito defasada em seus valores e na Oftalmologia não é diferente. Cita os serviços da Clínica do Olhos em Maricá, que não tem o menor interesse até aqui, em trabalhar com a tabela SUS para a Secretaria. Afirmo que esse enfretamento da tabela SUS tem que ser feito, que já é pauta no governo federal. Diz ter um processo para ser analisado na Procuradoria sobre a possibilidade de se criar uma tabela buscando várias justificativas, para ser adotada de forma mais rápida. Acredita que a solução virá do Ministério da Saúde, com isso viabilizaria os prestadores dos recursos nos atender. A Secretária Geral diz que nós estamos falando aqui, que já aprovaram uma verba de 101.475.255,82(cento e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais centavos) que nós aqui do Conselho tivemos notícias pelo JOM que é esse aditivo. Então nós não entendemos bem ainda como isso vai ser. A Conselheira Solange diz que a discussão sobre o novo perfil do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara foi trazida para o pleno desse Conselho em algumas ocasiões, foi discutida, temos atas de discussão, possivelmente muitos dos membros aqui foram renovados, mas os antigos acho difícil não terem participado dessa discussão onde foi colocado que o Hospital Dr. Ernesto Che Guevara iria mudar de perfil. A Secretária Geral diz que essa discussão vem desde que ele foi construído e o desejos dos Conselheiros é que ele tivesse esse perfil que está sendo proposto hoje e que ainda estamos da dependência de que seja autorizado para esse fim. A Conselheira Solange diz que há um ano atrás teve uma decisão judicial que foi motivo de pauta de uma reunião exclusiva no auditório do Secretaria de Desenvolvimento Econômico onde a partir dessa reunião começou-se a ser discutido e esse Plano foi construído tecnicamente pela equipe de gestão do hospital, junto com a equipe da Saúde que gerou um documento que é o serviço anterior aditivado, modificado o objeto do projeto de trabalho adequado aos valores que são 120.000.00(cento e vinte milhões) mensais, adequando as equipes, compra de equipamento e investimentos, esse valor faz parte de um conjunto de meses, que levou ao valor desse aditivo. A Secretária Geral diz que uma coisa é discutirmos o plano, outra coisa é querer ter o hospital funcionando, outra coisa é discutir valores, então até agora não tínhamos noção de como era feito, por isso esse levantamento. Pergunta se esse aditivo não deveria ter sido passado por uma análise do Conselho antes. A Conselheira Solange responde que foi passado por várias instâncias dentro da Prefeitura. A Secretária Geral diz que se o Conselho não autorizar, pois que existe aqui uma ideia de que a prefeitura pode fazer as coisas sem passar pelo conselho, não tem condição. A Conselheira Solange diz que todas essas respostas estão em uma planilha detalhada contendo todos os dados, foi feita por profissionais que tem capacidade para realizar. O Conselheiro Cunha pergunta se pode fazer esse aditivo sem autorização do Conselho e que o CMS precisa de um auditor e não de um contador para avaliar esses tipos de valores, A Conselheira Solange responde que entende onde entra o Conselho referente a esse valor e se houver um caminho para fazer essa contratação será a primeira a contratar. A Secretária Geral diz que esse detalhamento que está sendo apresentado e que até mesmo a Conselheira Solange tem dificuldade em entender, mas teria que passar pelo Conselho antes, para que os Conselheiros tenham ciência e se caso tenhamos dúvidas, cabe a nós procurar os meios de entender, agora aprovarmos um valor sem saber exatamente de onde e como vai ser usado fica difícil. Afirmo que deveria ter tido uma reunião com os Conselheiros para informar a necessidade, utilização e destinação desse valor e simultaneamente a creditação desse aditivo. O Conselheiro Cunha diz que na última reunião extraordinária o TCE chamou a atenção dos Conselheiros para essas situações. O Presidente diz que sem menor pretensão de defender qualquer um dos lados, mas tão somente fazendo uma análise fria do que estamos discutindo, foi solicitado esclarecimento sobre o aditivo que foi realizado. Esse aditivo não está aqui para ser posto ao crivo de aprovação do Conselho. Então toda e qualquer questão de contas públicas desenvolvidas pela gestão é apresentado no momento oportuno, nos relatórios, na questão da prestação de contas da saúde, o Conselho aprova ou não. Então, feito um aditivo como a Secretária está explicando esse valor não se refere ao valor que está sendo aditivado, não



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

está sendo acrescido, mas sim a atualização do valor Global do contrato. Então tudo isso vai ser analisado de qualquer forma em momento oportuno por este Conselho, porque tem um propósito para o aditivo esse propósito ele não foi cumprido, através das Técnica que as Comissões realiza, em momento oportuno pode ser questionado por este Conselho, mais em tese carece de aprovação do Conselho, a gestão tem o poder de fazer um aditivo ou não, é ato discricionário. Diz que cabe ao Conselho sim, acompanhar e fiscalizar. Se de fato aquela conta que foi acrescida vai ser executada e cumprida. Pergunta se algum Conselheiro tem mais algum questionamento à fazer a Gestão sobre o assunto em tela. O Conselheiro Sérgio diz que esses créditos tem que passar pelo Conselho sim, que toda verba do Fundo Municipal de Saúde tem passar sim, que desde 2014 que está no Conselho a Certificação que foi solicitada, foi para HMCML, porque era um hospital que não comportava mais as emergências que chegavam a nós. Autorizamos o Hospital Dr. Ernesto Che Guevara para isso, ficando anos parado, pedimos todos os esclarecimentos, cita vários episódios ocorridos anteriormente, diz que de repente muda-se a intenção do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara e não foi passada essa autorização no Conselho, inclusive cirurgia pediátrica sem ter pediatra, sem ninguém saber se tem estrutura para esse tipo de cirurgia. Lembra que havia sido deliberado que todo credito e projetos passaria primeiro pelas comissões, inclusive o próprio TCE nos falou sobre isso na reunião extraordinária. Fala do valor do Royalty que não foi empregado para esse fim, acende uma luz para maior atenção. A Conselheira Solange coloca que recentemente inclusive os representantes do Conselho foram convidados a fazer uma visita no hospital para justamente olhar “in loco”, tudo que estava sendo planejado e colocado e anteriormente discutido também nesse espaço aqui, é claro que existem coisas que não conseguimos fazer o tempo todo juntos e existe decisões que são da gestão, que precisam obviamente estar coerente como todo um desenho que se discute e decidem aqui, porém existe questões especifica de cada atuação. Afirma que nesse novo plano operativo inclui os pediatras nos plantões, cita o processo de transição e intercorrências e diz que o hospital não mudou de objeto, pois que o hospital seria cirúrgico desde do início não mudando o seu desenho, as mudanças e adequações foram feitas pelas necessidades atual, cita os processos técnicos a ser em seguio. Quarto ponto da pauta: Apreciação e Deliberação da Programação Anual de Gestão 2022. O Presidente pergunta se alguém tem alguma colocação sobre o assunto. A Conselheira Solange pede desculpa, informa que terá que se ausentar por motivo de outra reunião. O Conselheiro Cunha pergunta se é aprovação, e pergunta como aprovar uma pauta que receberam agora. A Conselheira Solange antes de sair coloca uma intercorrência que atrasou de fato a conclusão do Plano, sendo hoje o primeiro dia de pauta de discussão. Foi em função de termos uma profissional extremamente capacitada para fazer isso está aqui presente e que sempre apresenta esse plano para vocês, discutindo e mostrando os detalhamentos e a confecção, entretanto houve uma intercorrência de saúde, a quem vocês todos conhecem e que a tirou, sendo ela à profissional a frente do processo, por um período relativamente grande, contribuindo para esse atraso também. O Conselheiro Sérgio pergunta se está falando da Mônica. Continua dizendo que como todos sabem o plano para os quatros anos e o anual, tem que ser feito quando o ano começa e você teve esse problema agora, diz achar chato utilizar esse problema da profissional para justificar o porquê não foi entregue, quando deveria ser discutido dentro do Conselho conforme a Lei complementar 141, cita alguns dados que devem constar. Diz que a programação deveria ser feita em 2021 para ser realizado em 2022 e o Plano também, porque os Conselheiros teriam tempo para verificar. Justifica sua não aprovação caso venha ser feito nessa reunião por motivo de falta de medicamentos, valores, dados e apresentação fora do prazo. A Conselheira Solange esclarece que não justificou o atraso da ultima etapa que seria essa discussão aqui, e que a realização, idealização e confecção desse plano ele começa anteriormente na conferência e tem todo um histórico, em uma discussão com todos os setores; tudo aconteceu ao logo do tempo, hoje foi colocado em pauta uma discussão sobre um plano que foi encaminhado para o Conselho a pouco tempo e não para aprovação, ficando os Conselheiros livres de aprovação ou não. Afirma que a gestão diferentemente da postura do companheiro, colega, Conselheiro Sérgio, coloca não é apegada a questões especifica e pontuais que acontecem, mas sim em saúde temos muitos problemas porque lidamos com vidas, agora existe um outro lado que é negado aqui claramente sobre os resultados positivos que a saúde vem desempenhando. Pergunta por quem foi colocada essa forma de deliberação, que não foi pela gestão. O Presidente diz que foi colocado com vista no oficio enviado pela Secretaria onde está escrito deliberação e aprovação do pleno, mas que não significa que essa deliberação tenha que ser hoje. A Mônica explica o processo de elaboração do Plano. O Conselheiro Sérgio fala sobre a necessidade dos dados dos indicadores, das apresentações dos RDQA, entre outros dados. A Secretária Geral fala para Mônica sobre o respeito que tem a ela, do lamentável ocorrido, mas chama a atenção dizendo que não entende porque o processo ficou parado. Será que não tinha ninguém na secretaria que pudesse tocar o processo? Embora tenha ficado feliz com a recuperação da Mônica, lembra que ninguém é insubstituível e caso fosse necessário mais tempo para a recuperação. O Conselheiro Cunha pediu vistas da Programação para melhor análise, tendo em vista que o mesmo foi repassado ao Conselho já fora do prazo e em cima da reunião. A Programação só chegou ao CMS-Maricá no dia 16/10/2022 e não foi discutida com o CMS anteriormente. Assim sendo, abre-se um espaço de 30 dias para que o CMS se manifeste e só então, após atendidas todas as considerações, se marque uma data para a reunião para aprovação. Quinto ponto da pauta: Pelo mesmo motivo acima a Apreciação e Deliberação Plano Municipal de Saúde 2022/2025, carece de tempo para análise. Foi criado um Grupo de Trabalho formado pelos Conselheiros: Delfim, Anna Quintanilha, Adriana e Leila para analisar o Plano e a Programação e na próxima reunião trazer as dúvidas e questionamentos. A Secretária Geral “lembra que há necessidade de uma reunião conjunta do GT e Comissão de Finanças para análise, é necessária a assessoria de um analista financeiro para ajudar os Conselheiros” Somente após esta análise o GT e a Comissão de Finanças poderão emitir um parecer a ser encaminhado ao pleno recomendando a aprovação ou não do Plano e da Programação. Sexto ponto da pauta: Pautas para Próxima Reunião. O Quarto e Quinto ponto dessa pauta e a discussão do Plano Anual de Saúde 2023. (Dúvidas sobre o Plano e a Programação). Sétimo ponto da pauta: Informes Gerais. O Conselheiro Sérgio fala sobre o ocorrido na Conferência Estadual de Saúde Mental. A Secretária Executiva do CMS-Maricá Laudeci tenta explicar o ocorrido, mas o Conselheiro Sérgio não a deixa explicar. Não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às 15:47min horas (quinze horas e quarenta e sete minutos) da qual, eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARICÁ

177 pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros
178 presentes, Maricá, 29 de setembro de 2022. XX
179

180 Bruno de Souza Lougon
181 Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
182 Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

183
184 Rogério Amaro da Silva
185 Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária NOVA
Secretária Geral

186
187 Antônio Carlos do Rego Souza
188 Usuário SINDSERV
189 Tesoureiro

Claudia Rogéria de Lima Souza
Gestor – Sec. de Saúde

190
191 Marcos de Souza Pires
192 Ass. Médica de Maricá

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

193
194 Marcelo Rosa Fernandes
195 Gestor – Sec. de Saúde

Luís Paulo da Silva
Usuário – Centro Comunitário de Cordeirinho
2º Distrito

196
197 Denise Lagreca Ouriques
198 Usuário – Ass. de Mord. do Condado
199 1º Distrito
200

Denise Marchon Tinoco
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçu - 4º Distrito

201 Antônio Carlos da Cunha
202 Cruz Vermelha Brasileira

Willian Cesar Pereira Leite
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá